



**O Grupo Escolar de São Mateus pelas lentes dos inspetores escolares:
contradições de um discurso (1908-1930)**

Grupo Escolar de São Mateus through the lens of school inspectors:
contradictions of a discourse (1908-1930)

El Grupo Escolar de *São Mateus* desde el enfoque de los inspectores escolares:
contradicciones de un discurso (1908-1930)

Ingrid Regis de Freitas Schmitz de Alencar
Universidade Federal do Espírito Santo (Brasil)
<https://orcid.org/0000-0001-5551-9684>
<http://lattes.cnpq.br/2908910282278387>
ingridsalencar@gmail.com

Rosianny Campos Berto
Universidade Federal do Espírito Santo (Brasil)
<https://orcid.org/0000-0003-3143-3258>
<http://lattes.cnpq.br/7265885791648266>
rosianny.berto@ufes.br

Resumo

Este artigo objetiva compreender o processo de constituição e funcionamento do Grupo Escolar de São Mateus, pelas lentes dos inspetores escolares que atuavam na região norte do Espírito Santo, entre 1908 e 1930, considerando apropriações e contradições que envolveram a implementação de grupos escolares no Estado. A partir de uma abordagem microanalítica (GINZBURG, 2002; LEVI, 2020), toma como fontes relatórios de inspeção, mensagens e relatórios de governo. A análise do Grupo Escolar de São Mateus indica que, localmente, o modelo em circulação no Brasil esbarrava em dificuldades econômicas que interferiam na construção e manutenção de grupos escolares, de modo que, na região norte, o processo de escolarização ocorreu, principalmente, pela criação de escolas isoladas, que funcionavam precariamente, indicando descontinuidade e descompasso entre o discurso republicano e seus desdobramentos locais.

Palavras-chave: Grupo Escolar de São Mateus; Inspetores escolares; Espírito Santo.

Abstract

This paper aims to understand the constitution and operation process of the Grupo Escolar de São Mateus through the lenses of school inspectors who worked in the northern region of Espírito Santo between 1908 and 1930, considering appropriations and contradictions that involved the implementation of school groups in that State. It takes inspection reports, messages and government reports as sources on a microanalytical approach (GINZBURG, 2002; LEVI, 2020). Analyzing the Grupo Escolar de São Mateus, we infer that locally, the educational model in Brazil ran into economic difficulties that interfered with the construction and maintenance of school groups, as in the northern region, the schooling process occurred mainly from the creation of isolated schools. They operated precariously, indicating discontinuity and mismatch between the republican discourse and its local developments.

Keywords: Grupo Escolar de São Mateus; School inspectors; Espírito Santo.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo comprender el proceso de constitución y funcionamiento del Grupo Escolar de *São Mateus*, a partir de la visión de los inspectores escolares que actuaron entre 1908 y 1930, en la región norte de *Espírito Santo*; considerando las apropiaciones y contradicciones que implicó la implementación de grupos escolares en el Estado. Desde un enfoque micro analítico (GINZBURG, 2002; LEVI, 2020), se adoptan fuentes como: relatos de inspección, mensajes e informes gubernamentales. El análisis del Grupo Escolar de *São Mateus* indica que, localmente, el modelo educativo en funcionamiento en Brasil tuvo dificultades económicas que interfirieron en la construcción y mantenimiento de los grupos escolares, por tanto, en la región norte, el proceso de escolarización se produjo principalmente a través de la creación de escuelas aisladas, que funcionaron de forma precaria, indicando discontinuidad e irregularidad entre el discurso republicano y sus avances locales.

Palabras clave: Grupo Escolar de *São Mateus*; Inspectores escolares; Espírito Santo.

Recebido: 18/06/2023

Aprovado: 29/09/2023

Introdução

Os grupos escolares, como instituições representativas de um ideário republicano em circulação no Brasil desde finais do século XIX, começaram a ser implementados no Estado do Espírito Santo a partir de 1908,¹ por iniciativa de Jerônimo Monteiro que, naquela ocasião, governava o Estado. Entre as diversas ações modernizadoras realizadas pelo governo, a Instrução Pública aparecia como “alicerce da reforma social anunciada” (SIMÕES; SALIM, 2012, p. 95), postulando “o acesso à escolarização como condição para o progresso” (p. 96).

O modelo a ser seguido localmente era o que vinha de São Paulo, onde tiveram lugar as primeiras iniciativas que buscavam superar o sistema de cadeiras e classes isoladas, pela implementação de grupos escolares, com base em modelos importados da Europa e dos Estados Unidos, e associadas às necessidades de modernização da sociedade brasileira (NOVAES, 2020). A capital paulista figurava, então, como centro irradiador do novo projeto, no rastro de um ideal de escolarização primária moderna, que instituíra novas relações entre os sujeitos escolares e desses sujeitos com o saber. De lá veio, em julho de 1908, o normalista Carlos Alberto Gomes Cardim, membro das missões paulistas, convidado a reorganizar a instrução no Espírito Santo, com a incumbência de reformar o ensino e implementar grupos escolares em terras capixabas (SALIM, 2009; SIMÕES; SALIM, 2012; LOCATELLI, 2012; ALENCAR, 2016; NOVAES, 2020).

Pelas mãos de Cardim foi criado o primeiro grupo escolar no Estado, pelo Decreto nº 166, de 5 de setembro de 1908. A instituição ganhou o nome do próprio reformador e deveria seguir a mesma organização da Escola Modelo Jerônimo Monteiro, inaugurada pouco antes em anexo à Escola Normal, como espaço destinado a modelar o ensino primário pela aplicação prática dos aprendizados acessados pelas alunas daquela instituição.² Foi também no prédio da Escola Normal que o Grupo Escolar Gomes Cardim entrou, provisoriamente, em funcionamento (INSTRUCÇÃO..., 1908).

No afã de acompanhar os demais Estados brasileiros, em especial os da Região Sudeste, esse novo empreendimento educacional se iniciava no Espírito Santo com a criação de grupos escolares como instituições modelares. Um processo que se caracterizou “pelo imprevisto, sinalizando a debilidade e a ambiguidade das ações do governo estadual na área da instrução pública” (SIMÕES; SALIM, 2012, p. 99). Permeada de incongruências, essa iniciativa se estenderia, a passos muito lentos, pela primeira metade do século XX.

A implementação dessas instituições escolares integrou o processo de expansão do ensino primário, especialmente nas regiões central e sul do Estado. Esse crescimento, entretanto, como indica Novaes (2020), deu-se muito mais pela via das escolas isoladas, haja vista as dificuldades financeiras e políticas historicamente enfrentadas pelo Estado, o que não era, como lembra Vidal (2006), exclusividade do Espírito Santo.

No interior norte do Estado, a dificuldade de acesso e os baixos investimentos públicos na implementação e manutenção de instituições educativas apontam a necessidade popular de percorrer outros caminhos³ em busca de oferta de educação. Alencar (2016) indica que o

¹ Como pontua Vidal (2006, p. 3), no Brasil, os grupos escolares passaram a ser implementados a partir “[...] das leis desde 1893, em São Paulo e no Rio de Janeiro, regulamentados e instalados a partir de 1894 no Estado de São Paulo, os Grupos Escolares emergiram ao longo das duas primeiras décadas republicanas nos estados do Rio de Janeiro (1897); Maranhão e Paraná (1903); Minas Gerais (1906); Bahia (1908), Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Santa Catarina (1908); Mato Grosso (1910); Sergipe (1911); Paraíba (1916); e Piauí (1922); e somente foram extintos em 1971, com a promulgação da Lei 5.692”.

² Esse espaço teve como referência as Escolas Modelo paulistas, criadas como “[...] protótipo de organização dos grupos escolares” (SOUZA; FARIA FILHO, 2006, p. 20).

³ Entre as fontes localizadas na Biblioteca de São Mateus, destacamos abaixo-assinados para a criação de escolas, endereçados à Câmara local e, também, a existência de escolas que não constavam na lista de instituições

aclamado modelo educacional republicano teve ecos na região, mas ocorreu com ainda menor intensidade do que nas demais localidades. Nesse contexto, o prédio criado na cidade de São Mateus, em 1913, com o desígnio de se tornar grupo escolar, foi, por mais de dez anos, a única instituição erguida no norte do Estado que se pretendia, naqueles primeiros anos, pelo menos em termos discursivos, representativa de uma instrução que fosse moderna e republicana.

Considerando que essa região ocupava um vasto território do Espírito Santo e que possuía natureza privilegiada (rios, solo fértil, madeira de lei em abundância), além de uma estrutura que permitia trocas comerciais e culturais com as regiões vizinhas, pela via dos portos, chama a nossa atenção o fato de ter havido, por longos anos, apenas um prédio destinado ao funcionamento de um grupo escolar e de serem escassas as menções feitas a ele e às demais escolas da região nos relatórios de governo e em outros documentos.

Além disso, ao considerarmos que os grupos escolares ocupam espaço significativo nas pesquisas em história da educação brasileira, desde os anos 1990 (VIDAL, 2006; SOUZA; FARIA FILHO, 2006; SOUZA-CHALOPA, 2019), é necessário observar que, no Estado do Espírito Santo, a produção sobre essas instituições escolares ocupa um lugar ainda tímido. No contexto das pesquisas locais, devemos questionar a pouca visibilidade dessas instituições – e também das demais escolas da região, em sua maioria escolas isoladas –, o que tem relação, também, com a dificuldade de acessar fontes sobre as escolas capixabas, em geral.⁴

Entre os documentos existentes a nos aproximar das instituições escolares locais, estão os relatórios produzidos pelos inspetores que visitavam as escolas urbanas e rurais nas diversas regiões do Estado. Tomando como lentes os relatos sobre as escolas do norte do Espírito Santo, buscamos compreender como se constituiu e se organizou, no contexto da expansão da escolarização primária no Estado, o primeiro prédio construído especificamente para ser um grupo escolar naquela região, nas relações que ele estabelece com a escolarização local. Nossa intenção é “aproximar a lupa” dessa instituição a fim de conhecê-la em suas especificidades, mas também compreendê-la como parte de um complexo “novelo de relações sociais” (REVEL, 2010).

Os relatórios de inspeção⁵ aparecem como fontes privilegiadas ao apresentarem as impressões e avaliações dos inspetores sobre as escolas capixabas. Escolhidos entre os indivíduos de mais alta competência, esses homens eram designados pelo governo para fiscalização das escolas e, por vezes, para instrumentalização dos professores dentro das proposições pedagógicas vigentes, atuando, também, na correção de suas práticas e, por consequência, na sua formação em serviço (BERTO, 2013; BERTO; SIMÕES, 2016).

Como lembra Faria Filho (2000) sobre os inspetores mineiros, esses profissionais eram responsáveis por entregar ao governo observações detalhadas da realidade educacional. No Espírito Santo, eles eram, segundo o Regulamento em vigor, “[...] auxiliares imediatos do Secretario da Instrução encarregados da inspecção e fiscalisação do ensino primario e da execução de quaesquer serviços relativos ao mesmo ensino, de accordo com as exigencias da organização escolar” (ESPIRITO SANTO, 1924a, p. 14).

escolares do Estado (ALENCAR, 2016). Esse pode ser um indício de que havia, naquela região, pessoas que buscavam se mobilizar pelo acesso de crianças à educação.

⁴ Locatelli (2012) indicava a carência de documentos sobre a criação dos grupos escolares capixabas em geral, e do Grupo Escolar de São Mateus, em particular. Essa escassez de documentos foi reafirmada por Alencar (2016) e é uma questão que ainda se apresenta.

⁵ Os relatórios disponíveis para consulta são esparsos e diversos. Neles encontramos pistas sobre a produção de outros relatos, que não se encontram nos acervos pesquisados e que não foi possível localizar. Os relatórios que se referem ao Município de São Mateus foram produzidos, nos anos de 1922, 1927, 1928, 1929 e 1930, pelos inspetores Archimimo Gonçalves Ferreira, Claudionor Ribeiro, Flavio de Moraes, Olavo Rego e Francisco Generoso da Fonseca, respectivamente.

No geral, os relatórios de inspeção – que neste texto são cotejados com mensagens de governo e relatórios produzidos pelos secretários da Instrução – versam sobre as condições estruturais, materiais e humanas das escolas da região. Apresentam uma perspectiva particular de homens que atuavam de modo a ser os olhos e os ouvidos do governo nos mais distantes rincões. São, portanto, documentos que precisam ser compreendidos em seu contexto de produção (GINZBURG, 2002), em uma leitura contrária às intenções de quem os produziu.

Caminhando por uma compreensão de história como “ciência das perguntas gerais e das respostas ‘locais’” (LEVI, 2020, p. 20), atentamo-nos, no exame dessas fontes, para o espaço que o Grupo Escolar de São Mateus, posteriormente chamado de Grupo Escolar Amâncio Pereira, ocupou nos relatos dos inspetores que o visitaram entre 1922 e 1930, procurando identificar relações possíveis entre as impressões desses profissionais sobre a instituição e os discursos republicanos comuns nas propagandas governamentais que envolviam o investimento nos grupos escolares como instituições exemplares para a educação das crianças.

O Grupo Escolar de São Mateus no conjunto das políticas educacionais: o Espírito Santo entre a intenção e a realidade

De modo geral, os prédios destinados a funcionar como grupos escolares eram projetados para serem suntuosos, bem localizados e construídos com base em preceitos de saúde e higiene. Deveriam ser devidamente aparelhados e possuir um corpo docente preparado para atuar segundo os métodos vigentes. Como lembram Schueler e Magaldi (2009), o modelo propagado pelo país e implantado em diversas cidades brasileiras tomava como parâmetro escolas urbanas e modernas, abrigadas em prédios construídos especificamente para elas, constituídas de:

uma arquitetura monumental e edificante, que colocava a escola primária à altura de suas finalidades políticas e sociais e servia para propagar o regime republicano, seus signos e ritos. [...] Além da majestuosidade dos edifícios escolares, a organização administrativa e didático-pedagógica desses estabelecimentos de ensino era considerada, pelos reformadores, como superior à das escolas unitárias (escolas isoladas), o que lhes conferia visibilidade pública e prestígio social (SCHUELER; MAGALDI, 2009, p. 43-44).

Esse ideal, difundido em diversos Estados brasileiros a partir de São Paulo, tornou-se, como indicam as mensagens governamentais de Jeronymo Monteiro, conhecido e almejado no Espírito Santo, de modo que “Nenhum assumpto, mais do que este, pode merecer o zelo dos governos republicanos” (ESPIRITO SANTO, 1913, p. 7). Monteiro se dizia empenhado em realizar a modernização do Estado em instâncias diversas, mas as condições para erguer instituições escolares modernas, como era o caso dos grupos escolares, mostravam-se insuficientes, de modo que muito dessa intenção ficou no âmbito do discurso durante seu governo e nos períodos subsequentes.

O projeto inicial de Reformulação da Instrução Capixaba durante o governo de Jeronymo Monteiro, que envolveu a contratação do educador paulista Carlos Alberto Gomes Cardim, previa, entre as obras de modernização, a construção de escolas “Nas cidades de Cachoeiro de Itapemirim, São Matheus e Santa Leopoldina [nas quais se projetavam] prédios espaçosos, higienicos e confortáveis para as instalações dos Grupos Escolares dessas cidades” (ESPIRITO SANTO, 1913, p. 443).

No ano seguinte, o relatório de governo reafirmava ter sido “construído na cidade [de São Mateus, ao norte] um prédio para o Grupo Escolar, onde funciona[va]m as escolas isoladas. Estando, entretanto, desprovido de mobiliário, de instalação sanitária e de água” (ESPÍRITO SANTO, 1913, p. 48). Isso indica que, à parte as condições de utilização do prédio construído e das tentativas de relacioná-lo com o ideário republicano, no interior norte do Estado, existiu uma ideia de grupo escolar, “sim, ao preço de tornar-se outra coisa” (REVEL, 2010, p. 442).

Ao analisar a arquitetura dos grupos escolares capixabas, Locatelli (2012) encontrou nas fontes a indicação de que em 1920 havia no Estado apenas duas instituições escolares sob a denominação de grupo escolar: uma na capital, Vitória, e outra em Cachoeiro de Itapemirim, um próspero município localizado na região sul. O que teria acontecido com os “espaçosos, higienicos e confortáveis” prédios dos grupos escolares previstos anteriormente?

O que se observa na documentação é a existência de uma ideia de grupo escolar que não se materializou como esperado e de escolas que, nos anos seguintes, sofreram com a falta de recursos e com a negligência dos governos. O espaço que essas instituições escolares capixabas ocupam nas fontes – seja como anúncio de uma intenção, seja como mera propaganda –, na relação com as parcas condições econômicas do Estado, indica que o modelo representado pelos grupos escolares paulistas parecia distante das possibilidades e dos interesses locais.

O que podemos ler na relação com essas fontes é que, sim, durante o Governo Jeronymo Monteiro, um primeiro grupo escolar foi organizado em 1908, na capital, Vitória, de forma adaptada, no centro da cidade, e outros três prédios foram construídos, a partir de 1911, com a finalidade de se tornarem grupos escolares: um em Cachoeiro de Itapemirim, ao sul; um em Santa Leopoldina, na região central; e um em São Mateus, ao norte. Apesar de essas instituições receberem a designação de grupo escolar e de se pretender que nelas estivesse representada alguma ideia de escola republicana nos moldes paulistas, em cada uma dessas localidades, elas ganharam uma feição e uma representatividade diferentes, tornando-se mais ou menos visíveis, mais ou menos dignas de atenção dos governos subsequentes.

O Grupo Escolar Gomes Cardim, por exemplo, que havia sido organizado de improviso junto à Escola Normal, em 1908, foi transferido para um edifício remodelado no ano seguinte, visando a atender, de algum modo, às determinações pedagógicas exigidas a uma escola daquele tipo (SIMÕES; SALIM, 2012). Os prédios construídos nas cidades de São Mateus e Santa Leopoldina, apesar de receberem a denominação de grupo escolar, funcionaram inicialmente como espaços destinados a abrigar as escolas isoladas de cada região em que se localizavam, como informa, em 1913, a mensagem governamental do presidente Marcondes de Souza, sucessor de Monteiro, sob a justificativa de que não havia estudantes suficientes:

Foram construidos predios para grupos escolares em Cachoeiro de Itapemirim, em Santa Leopoldina e em São Matheus, funcconando, porém, presentemente, apenas, com regularidade, o grupo escolar de Cachoeiro de Itapemirim. **Nos de Santa Leopoldina e São Matheus funcconam as escolas isoladas, por não haver nessas cidades numero sufficiente de alumnos para installação dos grupos escolares.** Tenho esperança de em breve poder installal-os porque cresce quotidianamente a frequencia de alumnos nas escolas dessas cidades (ESPÍRITO SANTO, 1913, p. 27, grifo nosso).

Especificamente sobre o prédio construído em São Mateus, o governo informava, ainda, que estava “[...] desprovido de mobiliário, de instalação sanitária e de água” (ESPIRITO SANTO, 1913, p. 48), o que também acontecia no caso de Santa Leopoldina. Portanto, a questão envolvia também a escassez de recursos. Ademais, sobre o número insuficiente de estudantes, a pesquisa de Alencar (2016) indica o contrário: havia um grande número de crianças, mas eram invisibilizadas e colocadas à margem do processo de escolarização.

Diante disso, é possível dizer que, entre os prédios cuja construção foi iniciada durante o governo de Jeronymo Monteiro, o único que, naquele momento, foi edificado seguindo o modelo arquitetônico eclético, com a finalidade específica de funcionar como grupo escolar, em atendimento aos requisitos de higiene e de localização, foi o Grupo Escolar Bernardino Monteiro, localizado em Cachoeiro de Itapemirim (LOCATELLI, 2012; LIMA, 2013). Dizia o presidente de Estado que “O Grupo Escolar ‘Bernardino Monteiro’, recentemente inaugurado ali, é um estabelecimento de primeira ordem, que vae cabalmente preenchendo o seu fim” (ESPIRITO SANTO, 1913, p. 60).

O presidente aponta, ainda, que, naquela região, se encontrava, além de solo rico e variedade de produção agrícola, a melhor estrada de rodagem do Estado. Juntamente com as potencialidades econômicas e estruturais, contavam com a proximidade com o Rio de Janeiro e a efervescência cultural e intelectual observadas em Cachoeiro de Itapemirim desde finais do século XIX (LIMA, 2013, p. 62). Politicamente, o município também apresentava abertura para as ideias republicanas.⁶

Independentemente dos motivos pelos quais os grupos escolares sobreviventes se situavam nas cidades mais prósperas, importa dizer que os grupos escolares de Cachoeiro de Itapemirim e de Vitória foram, por algum tempo, os únicos que funcionaram com alguma regularidade, dentro das previsões iniciais, nos anos subsequentes. Essas duas cidades eram, como também lembra Lima (2013), o centro das atenções governamentais, o que envolvia o processo de modernização pretendido e iniciado por Jeronymo Monteiro.

Somente esses dois prédios são listados como grupos escolares na Mensagem de 1916, pronunciada por Bernardino Monteiro. Um longo espaço em branco é observado entre os relatórios governamentais. Apenas em 1924 a escola de São Mateus volta a ser citada nessas fontes como grupo escolar, como que por um lapso, indicando que seria realizada a sua reconstrução completa. Dois anos depois, entretanto, a instituição perde o posto de grupo escolar e passa a ser denominada, na mensagem governamental, como Escolas Reunidas de São Matheus, como consta do pronuncianento do presidente do Estado, Florentino Avidos:

Estão reunidas as escolas de Veado, Castello, Collatina, São Matheus e Santa Leopoldina em predios construidos pelo Governo, especialmente para esse fim, e as de Mimoso aguardam o edificio proprio, em via de conclusão. [...] Funcionam regularmente os grupos escolares ‘Gomes Cardim’, em Victoria; ‘Bernardino Monteiro’, em Cachoeiro de Itapemirim e ‘Marcondes de Souza’, installado em Muquy em Julho de 1925 (ESPIRITO SANTO, 1926, p. 23).

O que as mensagens de governo apontam é que, a considerar o discurso e as propagandas em torno de uma escola moderna e republicana – a partir das iniciativas de Cardim em 1908 –, havia no Espírito Santo, mais de uma década depois, apenas três grupos escolares funcionando

⁶ Segundo Locatelli (2012, p. 104), havia sido criado naquela localidade, em finais do século XIX, o primeiro clube republicano do Espírito Santo, de modo que o “[...] município foi o eixo da política democrática no Estado no período e nele situava-se a sede do clube, sua comissão permanente e o expressivo jornal do partido, O cachoeirano, que colaborou amplamente na propaganda do novo regime”.

dentro (ou próximo) do esperado para uma escola desse tipo. Isso nos leva ao entendimento de que compreender o processo de constituição e funcionamento do Grupo Escolar de São Mateus significa, também, colocar em questão os modos como os discursos em torno dos grupos escolares foram apropriados localmente, tendo em vista, principalmente, o momento econômico que o Estado atravessava e as contradições que envolveram as tentativas de sua implementação nas regiões citadas.

O Grupo Escolar de São Mateus pelas lentes dos inspetores escolares

Após a construção do edifício destinado ao funcionamento do Grupo Escolar de São Mateus em 1913, os esforços do governo passaram a caminhar mais na direção de mantê-lo de pé do que de aproximá-lo da imagem idealizada dos grupos escolares e das referências paulistas. Esse esforço envolveu, ao longo dos seus primeiros anos, reformas e reconstruções, como dizia Bernardino Monteiro (ESPIRITO SANTO, 1917, p. 63):

Durante as férias escolares, foram feitas obras de limpeza e reparos em diversos prédios de escolas isoladas. [...] Entre essas obras a mais custosa foi a dos concertos e reparos do edifício das escolas da cidade de S. Matheus. Esse próprio estadual construído em 1911 se achava em péssimo estado de conservação, ameaçando ruir. [...] Para evitar prejuízos ao Estado, além do que resultou da não conservação do prédio durante mais de 5 anos, foi o governo forçado a dispendar a quantia de 18:000\$000 com as obras realizadas, salvando da ruína um edifício que custou ao Estado não pequena quantia.

Mais tarde, Nestor Gomes afirmaria que “O edifício das escolas de São Matheus foi, por assim dizer, feito todo de novo, pessimas que eram as condições do que restava, apesar de concertado ha uns dous ou tres annos” (ESPIRITO SANTO, 1921, p. 23). Ao final do mandato, o presidente reafirmava que o prédio passou por uma “reconstrução completa” (ESPIRITO SANTO, 1924b, p. 102). Assim, apesar de aparecer nos discursos e propagandas do governo como única instituição pública de ensino da região norte que se aproximava do ideário vigente, as frequentes necessidades de reforma indicam outros sentidos para essa instituição.

A primeira observação sobre isso diz respeito à localização e à configuração estrutural daquela escola. De modo geral, os grupos escolares deveriam ocupar os pontos centrais das cidades, próximos a praças e jardins. Sua arquitetura deveria expressar suntuosidade e visibilidade estéticas, além de serem espaços higienicamente projetados e apropriados para o ensino moderno e ordeiro, capaz de preparar os sujeitos para o mundo do trabalho urbano. Assim, os grupos escolares faziam parte de um projeto de modernização da sociedade, integravam o reordenamento urbano que marcou, em diversos Estados brasileiros, a implementação do dito ideário republicano e instauravam novos elementos a uma cultura escolar capaz de dialogar com o meio social, com os espaços e tempos citadinos e de preparar o cidadão do futuro. Em termos ideais, essas instituições deveriam dialogar

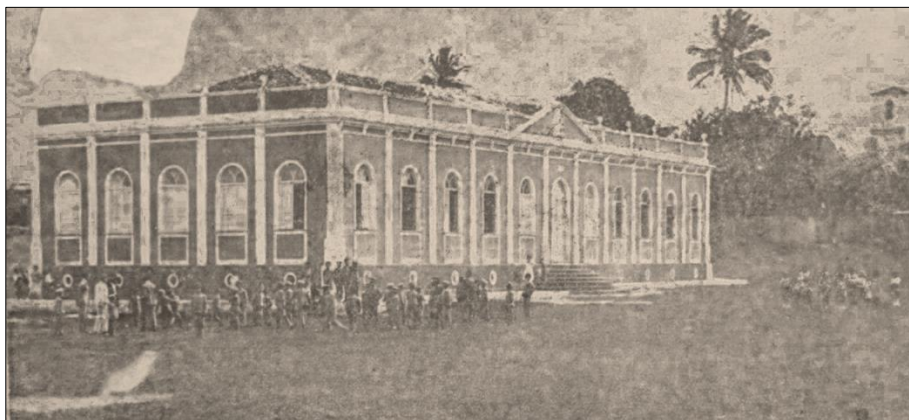
com a cultura urbana, criando e/ou se apropriando de representações sobre o conjunto do social a partir do seu lugar específico na cidade. É a cultura de uma escola que se localiza, literal e simbolicamente no centro, visando a influenciar os ‘poderes constituídos’ e, nesse movimento, constituir-se como um poder de influência sobre os ‘outros’, sobre aqueles que se localizam na periferia (FARIA FILHO, 1998, p.146).

O prédio destinado ao grupo escolar de São Mateus parecia caminhar na contramão dessa referência. Entre os relatórios de inspeção localizados, o primeiro que se detém de modo mais detalhado na análise dessa instituição é de 1922. Produzido pelo inspetor Archimimo Gonçalves Ferreira, os registros informam sobre as condições desfavoráveis nas quais o prédio foi construído:

Este predio foi infelis na sua construção como bem poderá estar V. Ex. sciente, pois tendo sido construído em lugar baixo, está sempre sujeito a concertos e reparos como agora, muito embora já tenha passado por grandes reformas recentemente; ha gotteiras e falta d'agua nas dependencias sanitarias, cujos inconvenientes são faceis de se calcular, pois as gotteiras estragam as paredes e a hygiene sofre com a falta d'agua. E bem verdade que prohibi usarem as privadas, porem facil será burlarem essa ordem pela falta de chaves nas portas respectivas (FERREIRA, 1922, p.1).

Esse “lugar baixo” a que se refere o inspetor seria o equivalente a uma área desfavorecida, distante dos pontos centrais da cidade de São Mateus, em localização pouco privilegiada e com problemas sanitários, se pensarmos que as principais edificações daquela cidade estavam instaladas na parte de terreno mais elevado. A fotografia de 1924 (Figura 1) indica uma localização na cidade diferente da prevista para escolas como essa: distante da praça principal, onde se encontravam a igreja católica (cuja torre pode ser vista na imagem) e a prefeitura.

Figura 1 – Prédio do Grupo Escolar de São Mateus.



Fonte: Pimentel (1924).

Ainda em relação aos diálogos entre o prédio escolar, a vida social e a cidade, resta lembrar que São Mateus era uma região interiorana e periférica, com fortes marcas coronelistas e escravagistas, movimentada economicamente pela produção e comércio de café, madeira e farinha de mandioca. Preparar os sujeitos para o mundo do trabalho urbano significava apostar em um futuro que ainda parecia distante, de modo que a construção de um grupo escolar nos moldes pretendidos talvez não fizesse sentido naquele contexto em que escolas isoladas eram novidade (ALENCAR, 2016).

No conjunto dos problemas que envolviam o adequado funcionamento da escola de São Mateus, estava também a queixa com relação ao baixo salário do encarregado da limpeza, para quem o inspetor solicitava ao governo um aumento de cinquenta por cento, para que pudesse

exigir um pouco mais de zelo. Após os diversos reparos narrados até 1921 e as queixas ainda presentes nos relatos de 1922, encontramos, em 1927,⁷ durante o governo de Florentino Avidos, o relatório de inspeção de Claudionor Ribeiro, que apresenta a única impressão positiva do prédio, ainda que indique a necessidade de reparos:

Dispõe a cidade de São Matheus de um bello edificio escolar bem instalado, e localizado de modo a satisfazer ás exigências da moderna pedagogia, possuindo sete salões amplos, bastante ventilados e de boa hygienisação. Esta apenas necessitando de ligeiros reparos (RIBEIRO, 1927, p. 2, 3).

Em análise geral, Ribeiro (1927) apontava que o ensino em São Matheus não abrangia todas as crianças. Uma parte significativa delas ainda era analfabeta, portanto, havia necessidade de construção de outras escolas. Às escolas que funcionavam no prédio destinado a ser grupo escolar Ribeiro (1927) eram chamadas de escolas isoladas. Eram regidas por professoras e professores normalistas e organizavam-se em duas escolas isoladas femininas e duas isoladas masculinas. Uma quinta escola, não definida, carecia de professor. Juntas, elas possuíam um total de 186 estudantes matriculados, o que levava o inspetor a requerer a transformação do conjunto de escolas isoladas em escolas reunidas, dentro das novas organizações didáticas. Um ano depois a escola aparece nos relatos de Flávio de Moraes como Escolas Reunidas Amancio Pereira. As impressões do inspetor sobre a estrutura da escola são completamente distintas:

O prédio das escolas reunidas ‘Amancio Pereira’, da cidade de S. Matheus, está com as linhas das thesouras pôdre, não oferecendo, pois, o telhado nenhuma segurança. Foi este o motivo que me levou a suspender as aulas naquela cidade e, em seguida, alugar casas para onde transferi as escolas [...] (MORAES, 1928, p. 7).

Os problemas da principal escola de São Mateus refletiam o abandono sofrido pelas escolas da região durante anos. O relato do inspetor deixa emergir as mazelas da instrução na região norte do Estado, ressaltando, especialmente, as questões de higiene das escolas locais e suas consequências para a saúde de estudantes e professores. Mais do que isso, indica se tratar de um problema generalizado, que excedia as condições dos prédios escolares:

Desoladoras foram as minhas impressões ao visitar certas escolas dos municípios de S. Matheus e Conceição da Barra, no tocante á hygiene escolar. É uma zona, com excepção de alguns lugares, cujas condições sanitárias são péssimas. [...] As febres palustres grassam alli horriavelmente e as creanças pobres sofrem imenso as suas consequências. O saneamento de toda a região do norte é problema difficilimo e muito dispendioso para o governo, mas que deveria ser posto em execução não só para minorar o sofrimento dos que habitam aquellas plagas, como para facilitar a imigração que se não effectua devido ás apavorantes condições sanitárias. É uma zona ainda quase inhabitada, cujos terrenos fertilíssimos, ainda sem agricultura, estão cobertos de florestas virgens, de enormes campinas e regado por inúmeros rios e córregos (MORAES, 1928, p. 5).

⁷ Entre os anos 1921 e 1927, as mensagens de governo não relatam a ocorrência de novas intervenções na estrutura do prédio, apenas uma fotografia (Figura 1) é publicada no relatório do secretário de Instrução Mirabeau da Rocha Pimentel, em 1924.

Essa preocupação vinha, há muito, merecendo a atenção dos governos. Ocupou significativo espaço no relatório do secretário da Instrução Mirabeau Pimentel, em 1921, quando enfatizava a urgência da organização de uma inspeção médico-escolar em escolas de todo o Estado, pois “Higienistas, médicos, pedagogos e artistas, todos numa comunhão de vistas inteligente, nos países civilizados, procuram salvaguardar os destinos da juventude, garantindo a saúde dos colégios, proporcionando-lhes exemplos e hábitos de higiene aplicáveis à vida familiar” (PIMENTEL, 1921, p. 38). A queixa continuou a ser registrada pelo secretário até 1924, mas não se tem notícias da realização efetiva desse serviço nas escolas capixabas do período, especialmente as do interior.

Especificamente sobre o prédio escolar da cidade de São Mateus, as diferentes impressões dos inspetores escolares em tão curto tempo são indicativos das condições em que ele se encontrava. No registro de Ribeiro (1927), o prédio aparece como uma instalação que atendia às exigências da pedagogia moderna – que primava por higiene e saúde – e, no de Moraes (1928), já não podia ser utilizado para as aulas e passava por uma nova reforma. Dois anos depois, o prédio ainda apresentava sérios problemas sanitários, segundo dizia outro inspetor:

Uma irregularidade a que infelizmente não pude e não poderei obstar é a saída dos alunos, à hora do recreio, e, em consequência, também a das professoras; as privadas do grupo não funcionam, tornando-se indispensável deixar que os alunos vão às suas casas, por ocasião do recreio (FONSECA, 1930, p. 1).

Referências aos problemas da instalação aparecem nas fontes mesmo após o prédio ser decretado, oficialmente, Grupo Escolar Amâncio Pereira, em 1931. Essa questão, entretanto, não era, como dissemos, exclusividade do grupo escolar de São Mateus ou das escolas capixabas. Como lembram Souza e Faria Filho (2006, p. 29),

A qualidade dos prédios escolares – beleza, imponência e exuberância –, marco relevante do investimento público em educação, não predominou em todas as regiões do país e nem mesmo nos estados de São Paulo e Minas Gerais. À exceção de uns poucos edifícios considerados verdadeiros ‘palácios’, prevaleceram edificações modestas com poucas diferenciações internas além das salas de aula. Registra-se ainda, a precariedade e a insuficiência dos prédios, problema acentuado no ensino primário em todo o país.

Havia, em diálogo com as condições dos prédios escolares e com os problemas sanitários, outras questões complexas envolvendo a relação entre os discursos republicanos e as condições de existência da instituição de São Mateus, a dizer dos materiais que compunham o espaço, das condições de ensino e dos docentes que ali atuavam. Os materiais e o mobiliário que eram (ou que deveriam ser) distribuídos entre os grupos escolares eram parte do processo de implementação da nova lógica, que envolvia a organização didático-pedagógica da escola e a constituição de um ensino mais produtivo e eficiente, com aulas mais atrativas (SOUZA; FARIA FILHO, 2006).

A partir dos relatórios do secretário de Instrução Mirabeau da Rocha Pimentel, datados de 1921, 1922 e 1924, Alencar (2016) indica o tipo e a quantidade do material e do mobiliário existentes em cada um desses anos, na escola de São Mateus, bem como identifica os professores e sua formação:

Quadro 1 - Relação de professores e materiais das Escolas Reunidas Amâncio Pereira, em 1921, 1922 e 1924.

Professor /a em 1921	Mobiliário em 1921	Professor/a em 1922	Mobiliário em 1922	Professor/a em 1924	Mobiliário em 1924
Agenor de Souza Lé (Normalista)	18 carteiras, 1 carta de Parker, 1 quadro-negro, 1 relógio, 1 tympano, 1 bandeira, 1 contador, 1 Mapa do Brasil, 1 Mapa do Espírito Santo, 1 de systema metrico, 1 da América, 1 mesa	Agenor de Souza Lé (Normalista)	1 contador, 1 mesa, 1 bandeira, 1 tympano, 1 quadro-negro, 1 relógio, 1 Mapa da America, 1 Mapa do E. Santo, 1 Mapa do Brasil, 1 M. S. Metric., 1 carta de Parker, 25 carteiras antigas	Agenor de Souza Lé (Normalista)	1 livro de visita, 1 livro de chamada, 1 livro de matrícula, 1 contador, 1 talha, 1 mesa, 1 cadeira, 1 bandeira, 1 tympano, 1 quadro-negro, 1 relógio, 1 Mapa da America, 1 Mapa do E. Santo, 1 Mapa do Brasil, 1 M. S. Metric., 1 carta de Parker, 24 carteiras antigas
Aflordisio C. da Silva (Normalista)	17 carteiras, 1 carta de Parker, 1 contador, 1 Mapa do Brasil, Espírito Santo e 1 da América, 1 de syst. metrico, 1 quadro-negro, 1 tympano, 1 bandeira, 1 mesa	Aflordisio C. da Silva (Normalista)	1 livro de visita, 1 livro de matrícula, 1 contador, 1 mesa, 1 bandeira, 1 Tympano, 1 quadro-negro, 1 relógio, 2 Mapa da America, 1 Mapa do Espírito Santo, 1 Mapa do Brasil, 1 M. S. Metric., 1 carta de Parker, 15 carteiras antigas	Aflordisio C. da Silva (Normalista)	1 livro de visita, 1 livro de chamada, 1 livro de matrícula, 1 talha, 1 contador, 1 mesa, 1 cadeira, 1 bandeira, 1 Tympano, 1 quadro-negro, 1 relógio, 1 Mapa da America, 1 Mapa do E. Santo, 1 Mapa do Brasil, 1 M. S. Metric., 1 carta de Parker, 9 carteiras antigas
Carmelina Rios (Normalista)	12 carteiras, 1 carta de Parker, 1 contador, 1 cadeira, 1 Mapa do Brasil, 1 Mapa do Espírito Santo, 1 da América, 1 m. systema metrico, 1 quadro-negro, 1 relógio, 1 bandeira	Carmelina Rios (Normalista)	1 livro de chamada, 1 livro de matrícula, 1 contador, 1 bandeira, 1 tympano, 1 quadro-negro, 1 relógio, 1 Mapa da America, 1 Mapa do Espírito Santo, 1 Mapa do Brasil, 1 M. S. Metric., 1 carta de Parker, 7 carteiras antigas, 8 carteiras americanas	Carmelina Rios (Normalista)	1 livro de visita, 1 livro de chamada, 1 livro de matrícula, 1 contador, 1 mesa, 1 cadeira, 1 bandeira, 1 tympano, 2 quadro-negro, 1 relógio, 1 Mapa do Espírito Santo, 1 Mapa do Brasil, 1 M. S. Metric., 1 carta de Parker, 11 carteiras antigas, 15 carteiras americanas
Euridice R. Rodrigues (Normalista)	12 carteiras, 1 carta de Parker, 1 contador, 1 cadeira, 1 Mapa do Brasil, 1 Espírito Santo, 1 da América, 1 m. systema metrico, 1 quadro-negro, 1 relógio, 1 bandeira, 1 mesa	Ubalдина Santo Amaro	1 livro de chamada, 1 mesa, 1 cadeira, 1 bandeira, 1 tympano, 1 quadro-negro, 1 relógio, 1 Mapa da America, 1 Mapa do Espírito Santo, 1 Mapa do Brasil, 1 M. S. Metric., 1 carta de Parker, 9 carteiras antigas, 6 carteiras americanas	Vaga	1 livro de visita, 1 livro de chamada, 1 livro de matrícula, 1 contador, 1 mesa, 1 bandeira, 1 tympano, 1 quadro-negro, 1 relógio, 1 Mapa da América, 1 Mapa do Espírito Santo, 1 Mapa do Brasil, 1 M. S. Metric., 1 carta de Parker, 14 carteiras americanas

Fonte: Alencar (2016).

Observamos, pela leitura dessas informações, que a escola de São Mateus estava munida de um mínimo necessário de materiais considerados modernos, como relógio, bandeira, mapas e cartas de Parker.⁸ Nota-se, também, a referência às carteiras americanas, indicadas por Alcantara (2014, p. 271), como um modelo mais amplamente adotado nas escolas paulistas e cariocas, desde finais do século XIX, sob orientação dos saberes médicos que propunham “[...] um modelo ergonômico que evitasse as moléstias decorrentes da má postura dos escolares, comprometendo-lhes o desenvolvimento”. A autora aponta, entretanto, que a adoção de carteiras importadas requeria alto investimento dos governos, o que não parecia possível no Espírito Santo, de modo que o número indicado era insuficiente.

Além disso, a variedade de materiais existentes estava aquém do que se exigia para um grupo escolar. Em cada ano, o número de materiais era alterado e objetos que antes compunham a lista deixavam de existir. Nota-se, por exemplo, a ausência de armários entre os itens do mobiliário. Além disso, as reformas e reconstruções do prédio continuavam a ser realizadas com frequência e, com isso, é possível que os materiais fossem mal acondicionados e se deteriorassem rapidamente. Nos relatórios do secretário da Instrução, a queixa e os pedidos de aumentos das verbas aparecem com frequência na primeira metade dos anos 1920:

Pela relação das compras desta Secretaria, que apresento acima, V. Exa. verá como procurei atender as necessidades das escolas do Estado e se certificará também de que ainda há muito por fazer para aparelha-las convenientemente. [...] Devo acrescentar que ao assumir a direção do ensino público do Estado, mais de cem escolas estavam completamente desprovidas de tudo, e as que possuíam alguma coisa, o era pela terça parte, ou pela metade. No governo de V. Exa. o número de escolas foi acrescido de, mais ou menos, cem. Quer dizer isso que duzentas escolas não possuem o material necessário (PIMENTEL, 1922, p. 49).

O Regulamento do Ensino publicado pela Secretaria de Instrução durante o governo de Florentino Avidos, que vigiu pela década seguinte no Espírito Santo, passou a prever, oficialmente, que o material de uso coletivo das escolas deveria ser composto por: bancos e carteiras; mesas e cadeiras; armário para os livros e objetos de trabalho de classe; tela ou quadro-negro; esferas e mapas geográficos; mapas e coleções de sistemas de pesos e medidas; mapas murais para o ensino da leitura e lições de coisas; coleções de sólidos geométricos e de modelos para desenho; relógio de parede e talha de filtro para água; contadores mecânicos para ensino de Aritmética; cartas de Parker; tabuleiros de areia para ensino de Geografia, além de itens destinados aos registros escolares (ESPIRITO SANTO, 1924a). Nos anos que se seguiram, entretanto, os relatos produzidos pelos inspetores escolares indicam, ainda, carência de materiais, o que se estendia a todas as escolas da região de São Mateus. Dizia o inspetor Flávio de Moraes (1928, p. 8-9):

Em todas as escolas que inspecionei, notei falta de material, o que vem de certa forma retardando a marcha dos trabalhos escolásticos. O ensino é ministrado com grande dificuldade, pois em umas escolas não se encontram mappas, para o ensino de geographia ou para Historia do Brasil; em outras nota-se a ausencia de cartas para o ensino de

⁸ Segundo Valente (2008, p. 4), as cartas de Parker eram constituídas por um “[...] conjunto de gravuras cujo fim era o de auxiliar o professor a conduzir metodicamente o ensino, sobretudo, das quatro operações fundamentais. [...] ensino [intuitivo] da Aritmética”.

aritmética, de sólidos para o de geometria; e em algumas não há cartas para a linguagem e para o ensino intuitivo. [...] É necessário que sejam as escolas providas do material de que carecem, pois, sem o que, não se pode ter umas tantas exigências na fiscalização do ensino.

Outro registro relativo aos materiais do Grupo Escolar de São Mateus é encontrado no relatório de Francisco Generoso da Fonseca (1930), em cuja visita estava incluída a “nobre missão” de propagar os ideais da escola ativa. Ele assevera que, apesar do aumento da frequência de alunos, “[...] o escassíssimo material aqui existente” (FONSECA, 1930, p. 1) não permitiria duplicá-la. Em um trecho mais adiante, temos outro indício da incompatibilidade entre a necessidade e a disponibilidade de materiais:

Peço a V. Exia. providenciar para o material que falta, em grande parte, ao Grupo Escolar Amancio Pereira [...]. Não temos aqui um cópo, uma bandeira em boas condições, e o próprio giz tem sido comprado pelas professoras. Felizmente, tive a providência de trazer comigo certo material indispensável (FONSECA, 1930, p. 3).

Uma iniciativa que aparecia como forma de suprir, de certo modo, essa lacuna envolvia a criação de caixas escolares. O primeiro registro de uma iniciativa como essa em São Mateus é de Flavio de Moraes (1928), que indicou ter fundado:

a 20 de março findo, em S. Mateus, uma caixa escolar que [...] recebeu o nome do illustre mateense Dr. Constante Sodré. Consegui do Snr. Presidente da Camara Municipal local um auxilio de (50\$000) cincoenta mil reis mensais, para a caixa. O numero de socios já é bem elevado e é de se esperar que o povo mateense não deixe fenecer essa philantrópica instituição, dado o espírito de caridade que se nota em todos os habitantes daquela pinturesca cidade, já se tem feito sentir os resultados da aludida associação, pois varias creanças tem recebido livros, calçados, canetas, roupa, etc... (MORAES, 1928, p. 7-8).

A necessidade de criação de uma caixa escolar reforça o argumento de Alencar (2016, p. 105) de que havia “[...] em São Mateus uma minoria que concentrava o poder e as riquezas regionais, convivendo com grandes contingentes de pobres e desfavorecidos, dentre os quais estavam as crianças, que careciam desde roupas e sapatos até livros e canetas que lhes permitissem o acesso à escola”. Dois anos depois, o relatório de Fonseca (1930, p. 2) apontava a necessidade de reorganizar a caixa escolar, “[...] que se acha completamente despresada e desordenada”.

Entre os anos 1928 e 1930, governou o Estado Aristeu Borges de Aguiar e, à frente da pasta da Instrução estava Attilio Vivacqua, responsável pela reforma escolanovista realizada durante esse período. Mesmo diante do aprofundamento do discurso de modernização, especialmente, pela via da formação docente, as demandas que vinham do interior sobre as instalações prediais escolares continuavam de difícil solução, a considerar que o Estado enfrentava sérios problemas econômicos, com a crise de 1929.⁹ O secretário era obrigado a assumir que as escolas naquele momento ofereciam, de fato, “[...] poucos recursos para fazer com que as crianças [encontrassem] moveis de actividade, objectos de interesse que incitem a trabalhar” (VIVACQUA, 1929, p. 87). Justificava ele que, apesar dessa realidade,

⁹ Cf. Wanick (2009).

o edifício escolar não poderia constituir preocupação básica da reforma, que é, na sua essência, um plano de transformação didáctica, cuja garantia de execução depende fundamentalmente da preparação do professorado em condições de compreendê-la e pô-la em prática. As velhas, pequenas e pobres casas da escola tradicional, desde que nelas penetre o espírito novo, fecundo e irradiante da pedagogia dinâmica, já não terão em suas paredes murais chinesas que as separem da vida da sociedade (VIVACQUA, 1930, p. 25).

No caso da escola de São Mateus, não se tratava de “pequena casa da escola tradicional”, mas de um edifício que havia sido construído para ser “espaçoso, higiênico e confortável”, como pressupunha a ideia de grupo escolar em circulação. Mas, se a mudança dependia da preparação dos professores, na falta de programas de formação que atingissem todos os docentes do Estado, essa missão caberia, também, aos inspetores escolares.

“O professor do professor”: a atuação dos inspetores escolares na formação em serviço dos docentes de São Mateus

Em 1924, Mirabeau Pimentel solicitava ao governo mudanças no quadro de inspetores escolares, considerado insuficiente para atender às escolas estaduais, o que resultava em uma fiscalização “imperfeita” e no não cumprimento das funções que a eles cabiam. Não se dispunha de inspetores com tempo suficiente para percorrer adequadamente todas as escolas e, por isso, o trabalho era feito às pressas. Pimentel (1924, p. 22-23, grifo nosso), reclamava

uma modificação no corpo de inspectores. E’ preciso augmental-o e dotal-o de legitimos profissionaes. O cargo de inspector requer requisitos especiaes de competencia. Nem por ser regularmente ilustrado um individuo qualquer poderá desempenhar bem o cargo de inspector escolar. **O inspector tem, muitas vezes, que ser o professor do professor.** Como conseguil-o quando não disponha de competencia pedagogica sufficiente? Enquanto não dispusermos de um grupo de inspectores familiarizados com assumptos escolares, que conheçam algo de methodologia e com regular pratica de ensino, a fiscalizaçao escolar, entre nós, não representará uma realidade.

Esperava-se dos inspetores que atuassem como formadores de professores, especialmente se os programas de formação fossem incapazes de contemplar todos os docentes em atuação, considerando que muitos desses docentes não tinham sequer a formação básica e atuavam provisoriamente.

Esse papel se intensifica com a reforma escolanovista realizada a partir de 1928, por iniciativa do secretário de Instrução, Atílio Vivacqua. Tendo como foco a formação do professorado estadual, o primeiro passo importante da reforma foi a criação do Curso Superior de Cultura Pedagógica (CSCP), projetado com o intuito de preparar um grupo selecionado de professores capixabas dentro dos novos métodos (BERTO; SIMÕES, 2016). O currículo do curso previa, na parte destinada às *Questões Técnicas e Sociais*, tópicos específicos sobre o trabalho de inspetoria: “A inspetoria escolar – Sua função reivindicadora social – O inspector escolar como elemento técnico coordenador das grandes directrizes do ensino”

(VIVACQUA, 1930, p. 11). Entre os participantes do curso,¹⁰ estava Francisco Generoso da Fonseca, que visitou, em 1930, o Grupo Escolar de São Mateus, onde colocaria em prática os ensinamentos recebidos.

A escola ativa, meio pelo qual a Escola Nova penetraria no Espírito Santo, seria organizada, segundo Vivacqua (1930), em tipo transitório e tipo integral, promovendo a implementação e a circulação de elementos, como o rádio e o cinema, um jornal de circulação quinzenal chamado *Resumo Escolar*, as bibliotecas itinerantes, os círculos de pais e professores, o escotismo, entre outros, que atuavam como elementos de inovação pedagógica (VIVACQUA, 1929).

Ao visitar o Grupo Escolar de São Mateus, em outubro daquele ano, Fonseca (1930, p. 1) abria seu relatório dizendo não ter sido “muito agradável [sua] impressão”. Relata o aumento do número de matrículas e reforça as queixas presentes em relatórios anteriores sobre o “escassíssimo material” e o não funcionamento das privadas. O relato deixa ver, também, as minúcias do papel do inspetor escolar como organizador das atividades escolares e como responsável por levar aos professores que atuavam em escolas mais distantes da capital alguma formação.

Tendo frequentado o CSCP, Fonseca cumpria o papel de propagador da boa nova como responsável por implementar as “grandes diretrizes de ensino” em vigência. Para isso, indica ter realizado festas e demonstrações públicas de aulas, com o apoio das professoras do grupo escolar:

Dia 5 de Outubro, domingo, pretendo fazer outra festa, que preparo ha varios dias e que obedecerá o seguinte programma:

I-- Demonstração publica de aulas activas, devendo ser dadas as seguintes:

- a) Arthmetica: medidas de superficie: Inp. Franc. Generoso.
- b) Trabs. Manuaes: professora D. Ubaldina Tatagiba.
- c) Hist. Natural: flores, fructos, semente: profa. D. Maria Candida Senna.
- d) Arithmetica: unidade, quantidade, avaliações a olho. Profa. D. Ubaldina Santo Amaro.
- e) Geographia: accidentes geographicos: profa D. Carmelina Rios.
- f) Geometria: circunferencia, circulo. Profa D. Ascelina Assis Cunha

Após as aulas activas, será fundado o círculo de Pais e Professores de S. Matheus e reorganizada a Caixa Escolar Constante Sodré, já fundada, mas que se acha completamente despresada e desordenada.

Á noite, de conformidade com o que combinei com as professoras, realizar-se-á, nos salões do grupo, um festival em benefício da supra-citada Caixa Escolar. A festa tem despertado grande interesse (FONSECA, 1930, p. 1-2).

As atividades por ele propostas seguiam as orientações do curso que frequentou em 1929: a formação de professores se dava com base na experimentação e na demonstração pública de aulas envolvendo temas e elementos do cotidiano. Além disso, o “primado da visibilidade” estava no cerne de uma escola que se pretendesse republicana, como pontua Carvalho (2003, p. 24):

¹⁰ Entre os 36 professores e professoras, diretores escolares e inspetores que participaram do curso, consta que atuavam ou atuaram como inspetores escolares os seguintes: Claudionor Ribeiro, Mario Ribeiro dos Santos, João Ribas Costa, Alfredo Lemos, Sezefredo Garcia de Rezende, Sylvio Rocyo e Francisco Generoso da Fonseca (BERTO, 2013).

Para fazer ver, a escola devia se dar a ver. Daí os edifícios necessariamente majestosos, amplos e iluminados, em que tudo se dispunha em exposição permanente. Mobiliário, material didático, trabalhos executados, atividades discentes e docentes – tudo devia ser dado a ver de modo que a conformação da escola aos preceitos da pedagogia moderna evidenciasse o Progresso que a República instaurava.

Se o edifício destinado àquele grupo escolar não era assim tão majestoso e bem localizado, a visibilidade se dava por outras vias, especialmente, pela demonstração pública das práticas, que se estendiam aos professores que atuavam em escolas rurais da região. Fonseca (1930) indicava ter convidado professores e professoras que trabalhavam nas escolas rurais para assistirem às demonstrações, para o que requisitou do governo algumas passagens, justificando: “O lucro que advenha dessas aulas ha de ser maior, sem duvida, que a pequena despeza” (FONSECA, 1930, p. 2).

Seu papel de multiplicador do ideário escolanovista, conforme previsto pelo governo, estava em cumprimento. Contraditoriamente aos preceitos modernos, entretanto, Fonseca (1930) registrava a carência de materiais que já era marca histórica daquela escola, indicando o empenho das professoras que atuavam no Grupo Escolar de São Mateus, que chegavam a comprar o giz às suas próprias custas. Mas carência de material e de condições dos prédios escolares não era exclusividade de São Mateus naquele momento. Ao analisar os relatórios dos inspetores escolares que circulavam por todo o Estado, Berto (2013) indica que a precariedade das escolas é a principal queixa desses profissionais sobre as escolas capixabas.

À parte isso, os relatórios de inspeção produzidos em São Mateus nos levam a inferir que os ecos da reforma educacional iniciada em 1928 chegaram àquela localidade com mais elementos, no ano de 1930, por intermédio de Fonseca (1930). O inspetor dizia: “Em palestras sucessivas, tenho explicado os novos e eficientes methodos da Escola Activa, e, devo confessa-lo, tenho encontrado o maior interesse e boa vontade da parte das professoras” (FONSECA, 1930, p.1).

Em busca de informar ao secretário de Instrução sobre o trabalho em São Mateus, Fonseca (1930, p. 2) denunciava as dificuldades vividas pelas docentes, indicando que “[...] as professoras, com a maior dedicação e boa vontade, me vêm auxiliando, constantemente, a ponto de obterem, á sua custa, o material que pedi, para as referidas aulas”.

Como funcionários diretos da Secretaria de Instrução, cujo objetivo era informar sobre a situação do ensino público nas diversas regiões do Estado, os inspetores se deparavam com as dificuldades enfrentadas pelos professores, mas também com entraves em relação ao deslocamento e ao acesso às escolas do norte capixaba. Além disso, viam-se diante da iminente possibilidade de contrair doenças para as quais eram escassos tanto o tratamento médico quanto os medicamentos, o que provavelmente diminuía o interesse por inspecionar escolas naquela região.¹¹

Considerações finais

O discurso educacional em circulação no período contemplado por este texto anunciava os grupos escolares como instituições capazes de preparar as crianças para o mundo do trabalho que se constituía pelo processo de industrialização, imbuindo-as de noções de tempo, saúde, higiene e disciplina necessárias a essa finalidade. Esse tipo de escola deveria preparar os futuros cidadãos para a sociedade que se projetava republicana. Nesse clima de renovação, as lideranças governamentais capixabas trataram de tentar reproduzir a experiência educacional republicana

¹¹ No relatório de 1928, Archimimo afirma não ter conseguido concluir sua excursão à quinta zona e inspecionar as escolas das cidades de São Mateus e Conceição da Barra, por ter contraído, entre Santa Cruz e Riacho, febres que alteraram sua saúde.

no Estado, contratando, inclusive, renomados educadores paulistas, que atuaram promovendo reformas educacionais em outros Estados brasileiros, para encabeçar a transformação do ensino no Espírito Santo.

Localmente, entretanto, o pretendido modelo esbarrava em grandes dificuldades econômicas, que impediam a construção de um grupo escolar em cada cidade. Além disso, no norte do Espírito Santo, não havia escolas isoladas suficientes, que pudessem ser agrupadas, como ocorreu em diversas regiões em que grupos escolares foram criados. O processo de escolarização naquela região caminhava lentamente, com a criação de escolas isoladas que, em muitos casos, permaneciam, por longo período, desprovidas de professores. Essa desproporcionalidade deixa ver tanto uma descontinuidade significativa no processo de expansão do ensino no norte do Estado durante a Primeira República, quanto um descompasso entre o discurso republicano e seus desdobramentos de fato.

São Mateus era um município que, apesar de possuir um porto e grande contingente populacional, não se apresentava como uma cidade urbanizada. Grande parte de sua população era composta por indígenas sobreviventes de numerosos massacres, por negros aquilombados, que comercializavam farinha de mandioca ou que eram apadrinhados por seus ex-senhores e, também, por colonos europeus submetidos aos fazendeiros locais, em situações análogas à escravidão (ALENCAR, 2016). Esses grupos não pareciam ser vistos como candidatos adequados a uma educação republicana e, por essa razão, poucos esforços eram feitos nesse sentido pelo governo ou pelos poderes locais.

Isso nos leva a questionar as reais condições de apropriação local dos discursos que propunham uma educação republicana. O edifício do Grupo Escolar de São Mateus havia sido construído para ser “espaçoso, higiênico e confortável”, como pressupunha a ideia de grupo escolar em circulação. Contudo, considerando os revezes que permearam seu processo de constituição, as descontinuidades de seu funcionamento e até a escolha do local para sua construção, podemos conjecturar que o objetivo de transmitir uma imagem de suntuosidade, dignidade, higiene e conforto pretendida com essa construção não alcançou seus objetivos.

Diante dessas questões, aproximar a lupa do Grupo Escolar de São Mateus significa trazer à cena uma escola e uma região capixabas que parecem ter sofrido, historicamente, com a lenta e precária expansão da escolarização, o que não era, como dissemos, exclusividade do Espírito Santo, de modo que as condições de funcionamento da escola de São Mateus, relatadas pelos inspetores escolares, ajudam-nos a compreender questões mais amplas sobre a escolarização capixaba e brasileira. Portanto, faz-nos pensar nas continuidades e descontinuidades que envolvem as escolas públicas capixabas e brasileiras, muitas das quais funcionam, ainda hoje, em espaços e em condições precárias. Remonta, também, a questões sobre a formação docente e sobre a valorização de professores e professoras que, historicamente, têm sido colocados em segundo plano pelos governos e que continuam, em muitos casos, a investir em suas práticas os seus próprios recursos.

Referências

ALCÂNTARA, Wiara Rios. *Por uma história econômica da escola: a carteira escolar como vetor de relações*. 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

ALENCAR, Ingrid Regis de Freitas Schmitz. *E escolarização no norte do Espírito Santo início do Século XX: das escolas isoladas aos grupos escolares*. 2016. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

BERTO, Rosianny Campos. *A constituição da escola activa e a formação de professores no Espírito Santo (1928-1930)*. 2013. 285 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

BERTO, Rosianny Campos; SIMÕES, Regina Helena Silva. O Curso Superior de Cultura Pedagógica (1928-1930) como estratégia de formação de professores e difusão da escola ativa nas escolas capixabas. *Cadernos de História da Educação*, v.15, n.1, p.398-421, jan./abr. 2016. DOI: <https://doi.org/10.14393/che-v15n1-2016-16>

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A escola e a República e outros ensaios*. Bragança Paulista: Edusf, 2003.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Exposição sobre os negócios do Estado no quadriênio de 1909 a 1912 pelo Exmo. Sr. Dr. Jeronymo de Souza Monteiro Presidente do Estado durante o mesmo período. Relatório apresentado ao Congresso Legislativo em 23 de maio de 1913.

ESPÍRITO SANTO (Estado). *Decreto nº 6.501, de 21 de dezembro de 1924*. Regulamento da Secretaria da Instrução. Vitória, 1924a. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 13 nov. 2021.

ESPIRITO SANTO (Estado). Presidente de Estado (1916-1920: Monteiro). Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Espírito Santo em 13 de setembro de 1917 [por] Bernardino de Souza Monteiro, Presidente do Estado do Espírito Santo. Vitória, 1917.

ESPIRITO SANTO (Estado). Presidente de Estado (1920-1924: Gomes). Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Espírito Santo em 31 de outubro de 1921 [por] Nestor Gomes, Presidente do Estado do Espírito Santo. Vitória: Oficinas da Imprensa Estadual, 1921.

ESPIRITO SANTO (Estado). Presidente de Estado (1920-1924: Gomes). Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Espírito Santo em 23 de maio de 1924 [por] Nestor Gomes, Presidente do Estado do Espírito Santo. Vitória: Oficinas da Imprensa Estadual, 1924.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente do Estado (1924-1928: Avidos). Mensagem do Presidente do Estado do Espírito Santo enviada ao Congresso do mesmo Estado na sua sessão de abertura a 5 de abril de 1926 [por] Florentino Avidos, Presidente do Estado do Espírito Santo. Vitória: Typ do Diário da Manhã, 1926.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na primeira República*. Passo Fundo: UPF, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, v.24, n.1, p.141-159, jan./jun. 1998. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-25551998000100010>

FERREIRA, Archimimo Gonçalves. *Relatorio de inspeção da zona: S. Matheus, Conceição da Barra e mais algumas escolas de outros*. Vitória, 27 out. 1922.

FERREIRA, Archimimo Gonçalves. *Relatorio de inspeção referente aos municípios de S. Matheus, Conceição da Barra, Sta Cruz e Riacho*. Vitória, 1928.

FONSECA Francisco Generoso da. *Relatorio (resumo) de inspeção das escolas de São Matheus*, Vitoria, 29 set. 1930.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GONÇALVES, Archimimo. *Relatorio de inspeção da zona: S. Matheus, Conceição da Barra e mais algumas escolas de outros*, Vitoria, 27 out. 1922.

INSTRUÇÃO publica. *Diario da Manhã*, Vitória, n. 306, ano 1, 12 set. 1908, p. 2.

LEVI, Giovanni. Micro-história e história global. In: VENDRAME, Maira; KARSBURG, Alexandre (org.). *Micro-história: um método em transformação*. São Paulo: Letra e Voz, 2020. p.19-34.

LIMA, Lidiane Picoli. *Práticas de escolarização da educação física no Espírito Santo: o Grupo Escolar Bernardino Monteiro (1908 a 1925)*. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

LOCATELLI, Andréa Brandão. *Espaços e tempos de grupos escolares capixabas na cena republicana do início do século XX: arquitetura, memórias e história*. 2012. 206 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

MORAES, Flavio de. *Relatorio de inspeção da 5ª zona: S. Matheus e Conceição da Barra*. Vitoria, 1928.

NOVAES, Maria Anna Xavier Serra Carneiro de. *A emergencia do grupo escolar e a produção, pela diferenciação, das escolas isoladas no Espírito Santo (1908-1916)*. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

PIMENTEL, Mirabeau. *Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr, Presidente do Estado do Espírito Santo pelo Secretario dos Negocios da Instrucção da Instrucção Dr. Mirabeau Pimentel em 1º de setembro de 1921*. Vitoria: Diário da Manhã, 1921.

PIMENTEL, Mirabeau. *Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr, Presidente do Estado do Espírito Santo pelo Secretario dos Negocios da Instrucção da Instrucção Dr. Mirabeau Pimentel em 12 de março de 1924*. Vitoria: Imprensa Estadual, 1924.

PIMENTEL, Mirabeau da Rocha. *Relatório apresentado pelo Secretário de Instrução a S. EXA. O. SNR Presidente do Estado do Espírito Santo*. Vitoria: Typ Samorini e CIA, 1922.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 45, set./dez. 2010. Tradução de Anne-Marie Milon de Oliveira. Revisão técnica de José G. Gondra. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782010000300003>.

RIBEIRO, Claudionor. *Relatorio de inspeção feito às escolas de São Matheus em 6-10-927*. São Matheus, 6 out. 1927.

SALIM, Maria Alayde Alcântara. *Encontros e desencontros entre o mundo do texto e o mundo dos sujeitos nas práticas de leitura desenvolvidas em escolas capixabas na Primeira República*. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

SCHUELER. Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação Escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. *Tempo*, v.13, n.26, p. 32-55, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042009000100003>

SIMÕES, Regina Helena Silva; SALIM, Maria Alayde Alcântara. A organização de grupos escolares capixabas na cena republicana do início do século XX: um estudo sobre a reforma Gomes Cardim (1908-1909). *Cadernos de Pesquisa em Educação - PPGE/Ufes*, Vitória, v. 18, n. 35, p. 93-111, jan./jun. 2012.

SOUZA, Rosa Fátima; FARIA FILHO, Luciano Mendes. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006. p. 21-56.

SOUZA-CHALOPA, Rosa Fátima de. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a historiografia da educação brasileira: reflexões para debate. *Revista Brasileira de História da Educação*, 19, DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v19i0.47241>

VALENTE, Wagner Rodrigues. O ensino intuitivo da Aritmética e as Cartas de Parker. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2008, Aracaju. *Anais [...]* Aracaju: UFSE, 2008. v. 1.

VIDAL, Diana Gonçalves. *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas: Mercado de Letras, 2006.

VIVACQUA, Attilio. *Escola Activa brasileira: sua aplicação no Estado do Espírito Santo*, Vitória, 1930.

VIVACQUA, Attilio. *O ensino público no Espírito Santo*. [Entrevista cedida] ao Diário da Manhã. 1929.

WANICK, Flavio Calmon. *Aristeu Borges de Aguiar, um presidente atropelado pela história: a política e a economia capixabas durante os anos 1928 a 1930*. Vitória: Flor & Cultura, 2009.